

AS CRISES MUNDIAIS E O BRASIL

OSWALDO BENJAMIN DE AZEVEDO

Em março de 1961, o autor leu o trabalho que se segue perante o Rotary Club de Poços de Caldas, MG. Trata-se de uma análise, feita por um sócio cooperador da A.G.B. e especialista no assunto, a respeito das crises econômicas mundiais e suas repercussões sobre a economia brasileira.

Tôdas as crises econômicas têm sido precedidas ou acompanhadas de crises políticas, guerras e revoluções, de caráter local umas, de âmbito internacional outras.

A partir de nossa independência política sofremos, em tôdas as crises econômicas mundiais, sem exceção, suas consequências malélicas.

O contrário ocorreu com as revoluções e guerras de âmbito internacional, que nos foram malélicas, quanto às atividades agro-pecuárias, mas, geralmente, benéficas quanto às atividades industriais. Politicamente, também nos foram favoráveis influenciando de certo modo para nossa independência econômica e política.

As novas descobertas e as evoluções técnicas e científicas deram causa às chamadas *revoluções* comerciais e industriais, e estas foram grandemente benéficas ao Brasil.

I — AS CRISES ECONÔMICAS

O Brasil Colônia não sentia os reflexos das crises mundiais, pois seu intercâmbio era feito através de Portugal.

Só a partir de nossa independência, quando passamos a ter ligações comerciais diretamente com o mundo, começamos a sentir os impactos da economia internacional.

É o que nos ensina a História, através das pesquisas que fizemos em torno da Conjuntura Mundial e seus reflexos no Brasil.

Analisemos os fatos em torno dos principais acontecimentos sociais, a partir de 1821.

As crises do século XIX. — Houve, no século XIX, nove crises de repercussões internacionais, das quais sete no período monárquico, registradas nos anos seguintes: — 1825, 1836-37, 1847, 1857-58, 1866, 1873-79 e 1883-85. As duas crises restantes tiveram lugar já na República; foram as de 1890-91 e de 1893-96.

As crises do século XIX refletiram mais intensamente nas nossas regiões Nordeste e Leste, através das baixas de preços e das quedas de volumes exportados do açúcar, do algodão e do café.

Data da crise de 1866, após o término da Guerra Civil nos EE.UU., o início da decadência da economia do Nordeste e, ao mesmo tempo, do progresso do Norte, com a borracha, e do Sul, com o café. O café progrediu fantásticamente com o auxílio de dois fatores novos: o *transporte ferroviário*, com a ligação de Santos a Jundiá após 1867, e o *imigrante europeu*, que deu ao Brasil “cabeças pensantes” em substituição ao braço escravo.

É interessante assinalar o fato de que, em 1872, o Norte tinha um intercâmbio com o estrangeiro superior, “per capita”, a qualquer outra Região: mais do dobro do intercâmbio “per capita” do Nordeste; 95% superior ao do Sul; 45% superior ao do Leste.

Essa situação de superioridade, embora em menor escala, foi mantida até 1900.

As crises do século XX. — As crises do século XX, em número de quatro, foram as de 1907, 1913-1915, 1920-25 e de 1929-35; atingiram com mais rigor o Sul e, em menor escala, as demais Regiões.

É que, antes do predomínio do café na exportação, nossos melhores mercados de açúcar, de algodão e de outros produtos de Leste, Nordeste e Norte, eram encontrados na Europa, e foi neste Continente que tiveram início as principais crises do século XIX.

A preponderância do café, como produto de exportação, foi intensificada já na República, quando São Paulo tomou a dianteira como principal produtor e quando os EE.UU. passaram a ser nossos melhores compradores.

As principais crises do século XX tiveram início nos EE.UU. e afetaram, conseqüentemente, a política de nosso principal produto, o café.

Sul e Leste passaram, neste século, a liderar o comércio regional e, em 1959, a situação se inverteu completamente, passando o Sul a ter, “per capita”, valor superior ao dobro do do Norte, seis vezes mais que a do Nordeste, 70% superior a do Leste.

O Leste representa a média “per capita” do nosso intercâmbio com o mundo, pois seu valor é equivalente à média do Brasil. O

Nordeste apresenta o menor valor, a quarta parte da média geral. O *Norte* representa 70% da média geral. E o *Sul* entra com valor superior a 50% da média geral.

Nota-se que o Nordeste ficou em estado de estagnação, isto é, não evoluiu, enquanto as demais regiões evoluíram em proporções diferentes, sendo o *Norte* em menor escala; o Leste em termo médio; e o *Sul* representando o maior progresso regional.

Assim, a diferença chocante que hoje existe entre as economias do Norte e do Nordeste, de um lado, e as do Sul, do outro, existia também na era colonial e, mais tarde, no início da República, somente com a diferença de que, no período colonial, era o *Nordeste* o privilegiado, e no início da República era o *Norte* que gozava os benefícios do progresso.

A fortuna foi mais pródiga com o *Sul*, por ter dado ao café a oportunidade de se desenvolver paralelamente com o progresso proporcionado, ao mundo, pela *Revolução Industrial*, de modo que o produto das divisas de exportação do café pôde ser melhor aproveitado pelo país. De fato, foi com essas divisas que tiveram início a construção de *estradas de ferro* e dos meios de comunicações (*telégrafos* e *cabos submarinos*) e, mais tarde, paulatinamente, foi criado nosso *parque industrial*, acompanhando sempre a evolução da ciência e da técnica.

Convém, aqui, assinalar o fato de que três são as colunas mestras de nossa base econômica: o *açúcar*, o *algodão* e o *café*.

Esses três produtos deram divisas para o Brasil no valor de 65,5% do total, desde a era colonial até 1959.

Produziram, juntos, 7.700 milhões de libras esterlinas, num total de 11.623 milhões de libras esterlinas.

Por uma rara coincidência, o açúcar, na era colonial, foi a coluna mestra, contribuindo com 56% para o total geral da exportação, e o café foi o esteio do Brasil independente, com 55,5% do total até 1959, ou seja, praticamente, com a mesma proporção.

Na era colonial, o açúcar deu ao Nordeste o mesmo destaque que o café está dando ao Sul nos nossos tempos.

II — GUERRAS E REVOLUÇÕES

Vimos os reflexos das crises econômicas mundiais, que foram sempre maléficis ao Brasil, variando de intensidade nas Regiões, conforme as épocas e os produtos de exportação.

Já o mesmo não aconteceu com as revoluções e grandes-guerras de âmbito internacional. Foram-nos maléficis, principalmente à agricultura, mas, de certo modo, também benéficas.

Realmente, a História nos diz que o Brasil teve seu destino intimamente ligado às grandes Revoluções Sociais.

A descoberta do Novo-Mundo e do Caminho para as Índias, através do Cabo da Boa Esperança, foi um dos acontecimentos mais importantes da História, pois deu início a uma completa transformação nos costumes, no comércio, na indústria e no poderio das nações, no dizer do Padre Raynal, em 1773.

Descoberto na época em que teve início a chamada *Revolução Comercial*, foi o Brasil lentamente se desenvolvendo, no período colonial, até que as Guerras Napoleônicas obrigaram a Côrte Portuguesa a mudar-se para o Brasil.

Referindo-se a êste fato, dizia o Dr. VIEIRA SOUTO:

“Êste acontecimento, que pouca atenção mereceu do Continente Europeu, preocupado com os sucessos das guerras então travadas, exerceu a mais poderosa e benéfica influência sobre os destinos do Brasil e sobre sua independência política e comercial.

Ao deixarem as águas do Tejo, aquêles navios não nos traziam somente a Côrte Portuguesa: *traziam também os elementos germinativos de nossa liberdade social e econômica.*”

De fato.

A chegada da Côrte transformou a vida econômica do Brasil, pois de mercado exportador por excelência, que era, passou a ser também um grande mercado importador, uma vez que aqui não se encontravam os artigos de maior conforto exigidos pelo padrão de vida dos membros da Côrte e da elite burguesa que para o Brasil se mudaram.

Coube a D. João dar ao Brasil as primeiras regras de administração, seguidas de orientação e de incentivos às atividades agrícolas, industriais, bancárias, educacionais, etc.

Há entre os atos de D. João VI, porém, um decreto curioso, pois marca o início oficial do trabalho de grupo, tal qual o adotado na Escola Superior de Guerra, e tal qual está sendo agora adotado pelo Governador Carlos Lacerda e pelo Presidente Jânio Quadros.

Trata-se do Decreto de 2 de junho de 1816, mandando convocar representantes de tôdas as províncias para se reunirem em conferência, no Rio de Janeiro, a fim de discutirem os pontos mais interessantes ao bem público e ao aumento das relações comerciais da Monarquia.

Foi benéfico, inicialmente, o Govêrno de D. João VI porém, ao regressar a Portugal deixou as arcas do Tesouro completamente vazias.

Pedro I, recebendo o país em terrível crise financeira, não conseguiu reerguê-lo.

Coube à Regência equilibrar as finanças do Brasil, transferindo o governo a D. Pedro II em condições econômicas e financeiras consolidadas.

A *Revolução Industrial*, iniciada no século XVIII na Inglaterra, atingiu o Continente Europeu e a América do Norte, desenvolvendo rapidamente as atividades econômicas da Alemanha, da França e dos EE. UU., principalmente a partir de 1830.

Os reflexos desse desenvolvimento foram sentidos no Brasil após 1850, e Pedro II fez o possível para acompanhar o progresso mundial, estimulando a construção de estradas de ferro, a navegação a vapor, os telégrafos, etc.

Veio a República e, com ela, o regime inflacionário pernicioso e, de certo modo, socialmente perigoso à segurança nacional.

É interessante assinalar o fato de que *uma grande guerra* — a de Napoleão — contribuiu para a transferência apressada da Corte Portuguesa para o Brasil, e com ela vindo aqueles “elementos germinativos da nossa liberdade social”, a que se referia o Dr. VIEIRA SOUTO:

Uma revolução — a revolução liberal de 1820, que teve início na cidade do Pôrto — provocou o retôrno a Portugal de D. João VI e sua Corte, e influiu, mais tarde, na reação de Pedro I, proclamando a nossa independência política em 1822.

As guerras mundiais, embora prejudicassem algumas regiões do Brasil, pelos seus reflexos no comércio exportador, foram um incentivo à nossa industrialização e ao fortalecimento da economia nacional.

Assim aconteceu na Guerra Napoleônica, nas duas Grandes Guerras deste século e na Guerra da Coréia, quando nossas indústrias foram estimuladas a suprir a falta de produtos de importação.

As revoluções locais, pelo contrário, sempre foram prejudiciais à nossa economia, pois é evidente que regredimos, por exemplo, nas Revoluções de 1930 e de 1932.

Só em 1949/52, após a volta ao regime democrático, o país tomou novo impulso, figurando no Comércio Mundial como líder dos países latino-americanos, posição que perdeu agora para a Venezuela.

III — A HISTÓRIA SE REPETE...

De fato. Há, por exemplo, uma certa semelhança nos acontecimentos ocorridos na primeira década da República com os verificados no primeiro decênio da República Nova, iniciada em 1930, bem como com os últimos dez anos, após 1950.

A inflação do fim do século passado foi seguida de especulação, de corrupção, de revoluções locais, de desequilíbrios orçamentários federais, estaduais e municipais, de "deficits" no balanço de pagamentos com países nossos credores.

Esses desequilíbrios e "deficits" foram corrigidos naquela época, no âmbito federal, por medidas drásticas adotadas pelo Presidente Campos Salles e executadas pelo seu Ministro da Fazenda, Dr. Joaquim Murinho. Não faltou até o pedido de moratória quanto à nossa dívida externa e que foi o nosso primeiro "Funding Loan".

Nas dificuldades surgidas após a Revolução de 1930, foram suspensos os pagamentos externos, feito o terceiro "Funding Loan" (o 2.º Funding Loan, foi em 1914, na I Grande Guerra), sendo Ministro da Fazenda o Dr. José Maria Whitaker. Mais tarde, e por duas vezes, foram feitos novos reajustamentos, pelos quais nossas dívidas externas foram reduzidas pelos planos conhecidos pelos nomes dos Ministros da Fazenda, Oswaldo Aranha (1934) e Souza Costa (1940).

Na década de 1930/40 tivemos, além da Revolução de 1930, a Constitucionalista de 1932, a Comunista de 1935 e a Integralista de 1938, e com elas novas dificuldades econômicas e financeiras, em parte aliviadas com soluções de emergência (emissão de papel moeda e de apólices do reajustamento econômico).

Com a inflação surgida em consequência da II Grande Guerra e que foi incrementada após 1950, surgiram na década 1950/1960 todos aqueles fatos assinalados no primeiro decênio da República tais como corrupção, revoluções, desequilíbrios orçamentários, "deficits" no comércio exterior e no balanço de pagamentos, somente faltando a moratória de dívidas externas.

O Governo Jânio Quadros enfrenta, pois alguns problemas semelhantes aos que coube ao governo Campos Salles resolver, mas agravados por outros fatores desconhecidos daquela época.

IV — A INFLAÇÃO

Falamos, há pouco, na inflação que ultimamente nos tem atormentado, e vamos citar uma observação notada em nossas pesquisas e que é pouco conhecida da maioria.

O Brasil comemorará o seu 140.º ano de independência política dentro em pouco.

Nesses 140 anos de Brasil independente, tivemos em cerca de 106 anos o seguinte fato curioso:

O valor total da exportação de um ano, em moeda nacional, foi sempre superior ao total do meio circulante do mesmo ano.

De 1822 a 1948, ou seja durante 126 anos, houve 20 anos de exceções, dos quais 6 anos na Monarquia e 14 anos na República.

A maior parte dessas exceções coincidiu com crises mundiais, guerras e revoluções.

Durante e após a II Grande Guerra, o meio circulante foi aumentando em proporções exageradas, e a partir de 1948 nunca mais o valor da exportação, em moeda nacional, conseguiu ultrapassar o do meio circulante.

A taxa de câmbio reflete o poder de compra de nossa moeda em relação aos produtos cotados em mercados estrangeiros.

Fazendo um retrospecto do valor da libra esterlina, em moeda nacional, nos últimos 150 anos, podemos ter uma idéia das políticas dos vários governos.

Ao chegar ao Brasil a Côrte Portuguesa, em 1808, a libra esterlina valia 3\$400.

A moeda inglesa teve seu valor enfraquecido durante a Guerra Napoleônica, baixando até a quantia de 2\$500 por libra.

D. Pedro I recebeu a libra valendo 4\$700, em 1821, e dez anos após passou o govêrno à Regência com a libra esterlina cotada a 9\$600, ou seja pouco mais do dobro.

A Regência valorizou o mil réis, pois entregou o Govêrno a Pedro II, em 1840, com a libra valendo 7\$600, ou seja cotada a 21% menos que havia 9 anos passados.

Pedro II entregou o Govêrno à República em Novembro de 1889, com a libra cotada a 8\$700, ou seja o mil réis desvalorizado em cerca de 15% em 50 anos!

Convém repetir: *o mil réis, valendo menos 15% depois de 50 anos, quando hoje temos a moeda valendo menos 20% a 30% no período de cada ano!*

Veio a República e, com ela, a desmoralização da moeda, pois, em somente 9 anos, a libra esterlina passou de 8\$700 a 33\$400, em 1898.

Campos Salles, com Murinho, conseguiu baixar a libra para 20\$000.

Washington Luiz, 25 anos após Campos Salles deixar o Govêrno, tendo como Ministro da Fazenda Getúlio Vargas, estabilizou novamente a moeda, fixando o valor da libra esterlina em 40\$000.

Hoje, a libra esterlina está cotada em tôrno de Cr\$630,00 num câmbio até há pouco controlado e que foi cognominado de "câmbio de prestígio", pois, se o câmbio livre fôsse realmente *livre*, a libra estaria valendo cerca de Cr\$840,00 e o dólar cerca de Cr\$300,00.

Isso explica como era mais calma e estável a vida dos nossos bisavós e avós, em comparação com a vida trepidante que hoje levamos.

Naquele tempo, era possível fazer planos a longo termo, sem a preocupação da desvalorização rápida da moeda como ocorre nos dias de hoje:

V — NOVOS REGIMENS POLÍTICOS, NOVOS RUMOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Há momentos decisivos na vida de um povo, em que fatos políticos modificam os rumos do futuro da nação.

No Brasil, podemos assinalar em 1822, a nossa independência política, dando-nos cerca de 68 anos de regimem monárquico, entre os quais 50 anos de franco progresso.

Depois, veio a proclamação da República, em 1889, dando-nos alguns anos de progresso, após o governo Campos Salles e que perduraram até 1912, quando foi interrompido com agitações políticas internacionais, logo seguidas pela I Grande Guerra.

Novo período de progresso tivemos após a Crise de 1921/23, nos governos Arthur Bernardes e Washington Luiz, interrompido com a maior crise mundial deste século (1929), seguida da grande Revolução de 1930.

O ano de 1930 marca o primeiro divisor de águas da República, entre o período da chamada *República Velha* e a *República Nova*.

Na *República Velha*, dominava a política federal a combinação chamada de "Café com Leite", pois S. Paulo e Minas Gerais vinham traçando os destinos da nação, dando, alternativamente, os Presidentes da República.

Instituída a nova ordem, com a separação de Minas Gerais de S. Paulo, criou-se o novo regimem de "Mate com Leite", passando os destinos do país a serem traçados pelo Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Em 1930, tal qual ao tempo de Floriano, foi decisiva a ação dos "tenentes", que tiveram a sua "chance" de mando, e quinze anos após, sendo alguns já generais, deram o golpe de 1945, acabando com o regimem ditatorial e fortalecendo o sistema democrático que acabava de derrotar os totalitários na Europa e na Ásia.

1945 foi, pois, outro divisor de águas, voltando o país ao regimem democrático, ainda sob o predomínio da política do "Mate com Leite" (Rio Grande do Sul e Minas Gerais).

1961 dá-nos a impressão do reverso da medalha, pois nova revolução faz mudar o rumo do país: "a revolução do voto."

Com esta, voltou a predominar a política do "Café com Leite", com os aplausos da maioria daqueles "tenentes de 1930" e que hoje, como Generais, estão dando seu apóio a esta reviravolta na política.

Assim, nos 140 anos de Brasil independente, vivemos 68 anos no regime monárquico e 72 anos no regime republicano, interrompido por 15 anos de ditadura.

Nos 68 anos de monarquia, o valor da libra esterlina foi multiplicado por 1,8 (menos de 2).

Nos 72 anos de República, o multiplicador foi 70.

Eis porque nosso bisavós e avós viviam mais tranquilos que nós, seus bisnetos e netos!

VI — EM CONCLUSÃO:

Como vimos, passados os primeiros anos de dificuldades, em que Pedro I partiu praticamente do nada, dada a situação de caos deixada por D. João VI, coube à Regência conseguir equilibrar a posição da Monarquia, criando clima para Pedro II dar o primeiro impulso de progresso, acompanhando, de certo modo, a evolução da Revolução Industrial.

Houve na Monarquia, de início, guerras e revoluções, mas a partir de 1850 surgiu uma era de progresso, somente perturbada pela Guerra do Paraguai.

Havia estabilidade da moeda e clima de confiança nos destinos do país.

Já o mesmo não aconteceu nos primeiros anos da República, em que reinou o clima de insegurança, de instabilidade da moeda, de retrocesso na economia, gerando a inflação, seguida de especulação e de corrupção, além de revoluções armadas.

Coube a Prudente de Moraes dar início à consolidação da economia, confirmada no governo Campos Salles, e o progresso surgiu nesse novo clima de confiança, expandindo-se no governo Rodrigues Alves e seguintes até a I Grande Guerra.

O governo Arthur Bernardes lutou contra a insegurança, dentro da crise mundial de 1921/25, e o governo Washington Luiz fez voltar, com a estabilidade da moeda, a confiança e o progresso, somente interrompidos pela Crise Mundial de 1929.

O Governo Getúlio Vargas sofreu a influência do militarismo de líderes civis, predominante na época, nos países totalitários europeus tais como Rússia, Itália, Alemanha e Espanha.

Aqui assistimos aos seus reflexos na década 1930/1940, através dos movimentos dos partidos comunista e integralista e do "Estado Novo" do próprio Getúlio Vargas, em 1937.

A derrota da Alemanha e da Itália, em 1945, trouxe novos ares democráticos ao Brasil, depondo Getúlio Vargas em 1945.

O Governo Eurico Dutra, após a II Grande Guerra, foi um governo calmo, sem feitos espetaculares e sem grandes publicidades, mas inspirou novamente confiança e criou clima propício ao progresso que assistimos até 1952.

Os preços se estabilizaram até fins de 1950, quando, às vésperas das eleições, a inflação tomou conta da situação, em atenção a compromissos políticos.

Nos anos de 1949/1952, teve o Brasil o seu melhor período no Comércio Exterior, liderando os países da América Latina, como já foi assinalado.

Após o trágico desaparecimento de Getúlio Vargas, que, na República, foi o homem que mais tempo governou o país, tivemos um ano de incertezas, com dois golpes militares em que dois presidentes da República, em exercício, foram depostos, até a eleição de Juscelino Kubitschek, cujo governo acaba de terminar.

Grandes obras públicas foram feitas de 1956/60, e grande impulso foi dado à industrialização do país, mas a agro-pecuária não recebeu o apóio e o incentivo que sua tradição de produtora de divisas bem merecia.

E, hoje, entre os sérios problemas a resolver, está o da grande diversidade entre o progresso da indústria comparado ao atraso da agricultura, e, em consequência, a grande disparidade entre as regiões agrícolas e as industriais.

Além do mais, a inflação é de fato o maior obstáculo a ser superado.

A inflação não oferece clima para planos a longo termo, pois cada dia que passa o dinheiro vale menos, e não há orçamento de despesas que possa perdurar por mais de 30 dias.

Nasce, então, a dúvida ou a incerteza sobre o futuro.

Esta incerteza sobre o futuro gera a especulação, ao passo que uma política estável contribui para a estabilização dos preços.

A incerteza, por exemplo, sobre a política governamental sobre câmbio, sobre salários, sobre investimentos, etc., gera a especulação, ao passo que, quando uma política clara, objetiva, é traçada, volta a confiança e desaparecem aquelas incertezas e especulações.

Após Campos Salles, houve um Presidente que fez planos a longo termo e estabilizou a moeda; mas foi deposto 20 dias antes do término de seu mandato. Era o Presidente Washington Luiz, último dos presidentes do regime "Café com Leite".

Após 1930, foi instituído o regime da improvisação, pois cada Ministro da Fazenda trazia o seu programa, que era invariavelmente substituído pelo do seu sucessor na pasta.

Os planos econômicos e financeiros eram geralmente de autoria do Ministro da Fazenda; porém, os dois Ministros que tiveram a ousadia de apresentar planos a longo termo foram, por coincidência, obrigados a deixar o governo: José Maria Whitaker e Lucas Lopes.

Assim, a história nos apresenta a experiência do passado, pela qual se deduz que não é possível criar riquezas e clima social adequado ao progresso, em regimens inflacionários, em que predominam as dúvidas e as incertezas sobre o futuro.

Esperemos que a história se repita, agora também, nas providências para consolidar e fortalecer a economia, criando ambiente propício a uma vida mais equilibrada, cheia de confiança no futuro deste país, que possui todos os requisitos para voltar a ser o líder dos países da América Latina.